

I(A)ncêndios

written by Amaro F Correia | 8 de Março, 2026

OCIDADÃO
Journalism & Law

OPINIÃO
Amaro F. Correia



“Em 2025, arderam cerca de 270 mil hectares de floresta e áreas rurais em Portugal, tornando-o um dos anos mais graves da última década em termos de área ardida. Os grandes incêndios rurais foram os principais responsáveis, com 247 mil hectares a resultarem de fogos com mais de 1000 hectares, destacando-se como um período de destruição significativa” – Expresso.

Todos nós somos obrigados a analisar os números com muita atenção e acredito que a IA resolverá, em breve, na fase da prevenção, o combate a incêndios. Haja vontade dos Governos. A quem interessa os incêndios a Portugal? Este assunto, com o Verão à porta e as alterações climáticas que se avizinham, com rapidez, ano após ano, torna-se urgente e prioritário a sua resolução. Não tenho abordado o tema, por decoro e contenção e ainda, porque o assunto é delicado demais para desculpas. Especialmente, porque as desculpas evitam-se (são sempre as

mesmas) e as desgraças são sempre maiores.

Existem nomes e rastilhos que durante vários Governos deixaram para que o país estivesse como está em “*permanente queimada*”. Quando um Primeiro Ministro escolhe um Ministro, deve fazê-lo com base em avaliações e análises pessoais, profissionais e académicas que respondam às necessidades das políticas dos seus Ministérios e que seja capaz de coordenar as políticas do Programa do Governo.

Se este não conseguir, nem deverá aceitar o cargo. Assistimos ao contrário, ou seja, as nomeações servem para envaidecer o *Status Quo* dos próprios, sem a mínima ideia ou noção do que vão fazer. Naturalmente, existem exceções nos últimos 50 anos. Ainda bem, porque a desgraça ainda era maior. Não direi que foi tudo mau, mas na verdade o saldo é negativo para todos os Governos.

Juntei alguns nomes e decisões para refletirem comigo: O Primeiro Ministro Cavaco Silva e o seu Ministro da Agricultura, Álvaro Barreto – vindo diretamente da Soporcel e regressando à mesma empresa em 1990, onde esteve até 2004 – foi uma das muitas portas giratórias para este problema se ter agravado por más decisões políticas. Esta “porta giratória” como muitas outras, em diversas áreas de governação, (recordo as famosas golas para incêndios que se incendiavam, com o Ministro Cabrita) possibilitou o aparecimento do minifúndio e da agricultura de subsistência que deu lugar a monoculturas “*mais rentáveis*” no seu (mau) entendimento. Esta ideia era muito atrativa e vendia-se bem, de forma rápida: “*tornar a floresta rentável em larga escala*” e Cavaco, não hesitou, apelidando de “*o nosso petróleo verde*”.

Um erro que provocou o fim da plantação consistente de espécies autóctones, resistentes, adaptadas ao nosso clima e abriram com isto a “famosa”, mas triste, plantação de eucaliptos e de pinheiro-bravo, em massa, que tantos problemas tem criado e é o perfeito “*combustível incendiário*” das nossas

florestas. Na verdade e do ponto de vista da gestão do território, cometeram mais erros de palmatória como “a modernização da vigilância da floresta” para os quais, nunca foram responsabilizados, com a retirada da Força Aérea da vigilância e da coordenação, passando para empresas privadas... que sabemos bem como surgem.

Gostava de questionar, onde esteve a preocupação do MP e dos Juizes, em Portugal, em salvaguardar o território? A justiça sempre aconteceu a jusante com o “peixe-miúdo” a acumular condenações. Com esta privatização, aumentaram os custos fixos com privados, sem vigilância e responsabilidade revelando-se o custo/benefício negativo. Mesmo assim, não pararam. Custos elevados, interesses sobrepostos e menos capacidade de integração na intervenção. Chegamos ao ano de 2026 a colher “frutos” (amargos ou se quiserem as cinzas”, destas políticas).

Sabemos que os verões serão cada vez mais quentes, as aldeias e as vilas, estão e estarão rodeadas por mato inflamável, o perfeito combustível para as labaredas; vidas e património em risco permanente e também ecossistemas ameaçados e/ou destruídos. Tenho a absoluta certeza que a floresta continua rentável, mas não é para quem lá vive.

“Portugal lidera na União Europeia em percentagem o território ardido: até agosto, 2,35% do território nacional foi consumido pelos fogos.” – Expresso. Onde a IA pode ajudar e deve: Detecção Precoce (Tempo Real); Monitorização via Satélite e Drones; Previsão de Risco e Comportamento: Modelos de Machine Learning conseguem antecipar o comportamento do fogo e a sua propagação, ajudando na evacuação e no posicionamento das equipas, da Robótica e do Combate.

Escusado será dizer que existem empresas em Portugal e no mundo, a desenvolver software para combater os incêndios, que trarão benefícios imediatos para as populações e para a economia do país: redução de falsos alarmes; respostas mais

rápidas e segurança. A que estão que se coloca é: a quem interesse este cenário em pleno século XXI.

